

23

30 Anos de Economia – UNICAMP

4

João Manuel Cardoso de Mello

O capitalismo tardio.

*Contribuição à revisão crítica da
formação e do desenvolvimento da
economia brasileira*

Décima edição



Campinas

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Instituto de Economia – IE

1998

A industrialização retardatária

Trataremos de investigar, neste passo, as características fundamentais do processo de industrialização na América Latina. Retomando a discussão inicial, verifiquemos de que modo esta questão aparece tratada no paradigma cepalino, nosso ponto de partida.

Convém indagar, desde logo, que relações guardariam a dinâmica do setor externo e o desenvolvimento industrial durante a etapa primário-exportadora.

O ponto de partida da análise reside no exame da **capacidade de diversificação do crescimento para fora**, que consiste na aptidão do setor exportador (conjunto de empresas produtoras de certo produto primário de exportação) para criar um mercado interno mais ou menos amplo, pensado, exclusivamente, como **mercado de bens de consumo corrente**.

A demanda por bens de consumo para assalariados dependeria, antes de mais nada, da função macroeconômica de produção do setor exportador, quer dizer, da combinação de fatores de produção adotada. Distintas haveriam de ser, então, as possibilidades de criação de um mercado interno considerável: de um lado, nas economias mineiras, o elevado grau de mecanização acarretaria uma diminuta absorção de mão-de-obra; de outro, nas

economias agrícolas, o emprego do fator trabalho seria pequeno na pecuária, maior no caso de culturas anuais e máximo quando se tratasse de culturas perenes. Obviamente, a demanda estaria atrelada, ainda, à taxa de salários vigente, que se fixaria em razão do excedente de mão-de-obra existente em cada momento.

Para a avaliação do poder de irradiação do setor exportador necessitar-se-ia, ainda, considerar o tipo de infra-estrutura exigido por seu desenvolvimento, quem são seus proprietários (nacionais ou estrangeiros) e qual é seu ritmo de crescimento.

No passo seguinte, verifica-se de que maneira um mercado interno amplo poderia fazer surgir o setor industrial. A ênfase, naturalmente, é posta no poder de concorrência da produção industrial interna em relação às importações, e a explicação recai, muito especialmente, no papel estimulante das crises do setor exportador (teoria dos choques adversos), tomando-se em conta, também, a proteção criada tanto pelos custos de transportes quanto pelas tarifas.

Seria pertinente pensar em **industrialização na etapa primário-exportadora**? Melhor ainda: é possível vincular o crescimento da indústria de bens de consumo corrente e, mesmo, de algumas poucas indústrias leves de bens de produção, verificado em alguns países latino-americanos (Argentina, México, Brasil, Chile e Colômbia, ao conceito de industrialização?

Com a exceção de Maria da Conceição Tavares, que em nenhum momento confunde industrialização e crescimento industrial, a resposta é inequívoca: Castro adverte-nos de que “para as mais importantes nações latino-americanas a crise de 1929 não significa, em absoluto, **o início da industrialização, mas, sim, sua aceleração**”; Sunkel e Paz assinalam que “o modelo de crescimento

para fora já havia estimulado **processos de industrialização em vários países** desde fins do século passado e começos do presente”; finalmente, Furtado fala de uma **primeira fase de industrialização**, quer dizer, de uma industrialização na época do “crescimento para fora”.⁵⁰

Como o crescimento industrial significasse o desaparecimento ou a diminuição de importações, substituídas por produção interna, os que procuram no paradigma cepalino inspiração para suas análises concretas se desorientam e tratam de estender o conceito de industrialização substitutiva de importações à etapa primário-exportadora. Furtado coloca as coisas nos eixos, ao distinguir uma industrialização induzida pela expansão das exportações e uma industrialização substitutiva de importações:

“O crescimento da produção industrial (na etapa da industrialização induzida pelo crescimento das exportações) assume, essencialmente, a forma de adição de novas unidades de produção, similares às preexistentes, mediante a importação de equipamentos. Não se trata da formação de um sistema de produção industrial mediante sua diversificação, e, sim, da adição de unidades similares em certos setores de atividade industrial... Para que o setor industrial viesse superar essa dependência (em relação aos mercados que só o setor exportador poderia lhe criar) seria necessário que ele se diversificasse suficientemente para autogerar a demanda. Isto é, que se instalassem indústrias de equipamentos e outras, cujo produto fosse absorvido pelo próprio setor industrial e outras atividades produtivas” (Furtado, 1970: 134).

A industrialização induzida pela expansão das exportações encontrava, portanto, limites estreitos impostos pelo crescimento dos mercados gerados pelo setor exportador, que, uma vez

50 Cf. Castro (1969, v. 1: 54); O. Sunkel & Paz (1970: 355); Furtado (1970: 123 e segs.). Os grifos dos textos de Castro e Sunkel & Paz são meus, JMCM).

“ocupados” (Furtado diz, um tanto descuidadamente, “uma vez esgotada a substituição de importações”, tomando a expressão em seu sentido literal), tornariam a expansão industrial extremamente débil (Furtado, 1970: 133). O importante, em outras palavras, parece ser o que Maria da Conceição Tavares já notara em seu trabalho clássico:

“O que interessa assinalar, porém, é o fato de que essa reduzida atividade industrial (diria diferentemente Furtado: essa industrialização induzida pela expansão das exportações) juntamente com o setor agrícola de subsistência eram insuficientes para dar à atividade interna um **dinamismo próprio**. Assim, o crescimento econômico ficava basicamente atrelado ao comportamento da demanda externa, dando o caráter eminentemente dependente e reflexo de nossas economias.”⁵¹

O significado da passagem do “modelo de crescimento para fora” ao “modelo de crescimento para dentro” no paradigma cepalino fica, então, rigorosamente determinado: a dinâmica da economia deixa de estar presa à demanda externa, substituída pela variável endógena investimento. Ou, como se dizia, o centro dinâmico da economia se desloca para dentro da nação.⁵²

A industrialização por substituição de importações desencadeia-se, nos países mais importantes da América Latina, a partir da ruptura do ajuste *ex-ante* entre uma estrutura de oferta dual e uma estrutura de demanda global, provocada, de um lado, pela crise de 29, e, de outro, pela defesa do nível de renda, promovida, de uma ou de outra maneira, pela política econômica do Estado. Com isto, os preços relativos se alteram violentamente em favor da produção industrial interna, tornando excepcional a rentabilidade dos investimentos industriais. A expansão subsequente das

51 Cf. Tavares (1964), republicado em Tavares (1972: 31) – Grifo meu, JMCM.

52 Cf. C. Furtado (1971, cap. 32: Deslocamento do centro dinâmico).

atividades internas traz nova pressão sobre uma capacidade para importar em baixos níveis, ao crescer a demanda por importações, estimulando-se outra “onda substitutiva”. Numa palavra, a industrialização por substituição de importações está assentada numa dinâmica contraditória em que sucessivos estrangulamentos externos promovem e, ao mesmo tempo, são promovidos pelo crescimento industrial interno.

Poder-se-iam distinguir duas fases do processo de substituição de importações: na primeira, a de **industrialização extensiva**, a substituição ocorre na faixa dos bens de consumo corrente, de alguns produtos intermediários e bens de capital, cuja tecnologia exige baixa densidade de capital, e, mesmo, de bens de consumo duráveis “leves”, produzindo-se um “alargamento de capital”, com uso abundante de mão-de-obra e expansão horizontal do mercado; na segunda, a de **industrialização intensiva**, a substituição envereda pelos bens de produção “pesados” e pelos bens duráveis de consumo de alto valor unitário, quando, então, a utilização de técnicas intensivas de capital diminuiria o ritmo de crescimento do emprego industrial, dando lugar a uma expansão vertical do mercado, por meio do aumento da concentração de renda.

Quais as **condições fundamentais** exigidas para que a industrialização substitutiva se complete?

Há que enfrentar **limitações externas**. Em primeiro lugar, para que não se produza na pauta de importações uma rigidez que não deixe margem para a entrada de novos produtos e, especialmente, de bens de capital necessários à expansão da capacidade produtiva, a substituição de importações não deve se dar:

“da base para o vértice da pirâmide produtiva, isto é, partindo dos bens de consumo menos elaborados e progredindo lentamente até atingir os

bens de capital. É necessário (para usar uma linguagem figurada) que o 'edifício' seja construído em vários andares simultaneamente, mudando, apenas, o grau de concentração em cada um deles, de período para período" (Tavares, 1964: 46).

Nem todos os investimentos podem, portanto, ser induzidos pela procura preexistente, mas é preciso que alguns antecipem a demanda, especialmente os investimentos de base, o que exige a presença ativa do Estado (uma vez que não se crê muito nos "empresários schumpeterianos").

Outro obstáculo externo diz respeito ao comportamento da capacidade para importar:

"Compreende-se que, em condições de estagnação absoluta da capacidade para importar, dificilmente se poderá produzir uma aceleração industrial suficiente para manter o ritmo de crescimento elevado. As altas taxas de formação de capital e a composição de investimentos necessária a uma rápida diversificação e integração do aparelho produtivo exigem que as limitações do setor externo sejam no máximo relativas, isto é, que haja uma certa expansão das importações, embora a uma taxa inferior à do crescimento do produto" (Tavares, 1964: 47).

Quanto aos condicionantes internos, salientem-se, primeiramente, as dificuldades impostas à industrialização intensiva pelo tamanho relativamente estreito dos mercados. Latino-americanos, tomando em conta que a tecnologia importada impõe escalas de produção ajustadas aos mercados dos países desenvolvidos. Ademais, a importação de tecnologia, concebida naturalmente para as economias líderes, e não adequada à disponibilidade fatorial dos países latino-americanos, traria graves problemas:

"Os inconvenientes de ordem geral também são bastante conhecidos e podem ser resumidos do seguinte modo: para um dado volume de produto a substituir, a quantidade de capital exigida é muito grande e o

emprego gerado relativamente pequeno. Em termos dinâmicos, isto significa que o processo de crescimento se dá com um grande esforço de acumulação de capital e com absorção inadequada das massas crescentes de população ativa que anualmente se incorporam à força de trabalho. Quanto mais se quiser obstar o segundo inconveniente, tanto mais se terá de forçar a taxa de investimentos, mantidas as características da tecnologia adotada" (Tavares, 1964: 50).

Tudo isto revela, claramente, em suas linhas basilares, a problemática em que se move o paradigma cepalino: a problemática da industrialização nacional a partir de uma situação periférica. Daí que o núcleo da questão da industrialização esteja centrado na oposição entre o desenvolvimento econômico da Nação, ou melhor, entre a plena constituição da Nação e uma determinada divisão internacional do trabalho que a havia transformado numa economia reflexa e dependente. Daí que a análise se apoie no setor externo, nos sucessivos ajustes entre as estruturas de oferta e demanda globais, no desafio do estrangulamento externo a que a Nação responde com o crescimento industrial interno. **Daí não haver nem sombra de um esquema endógeno de acumulação de capital** (quando outras oposições no interior da Nação poderiam vir à tona...), visualizando-se os "impactos internos" do processo de industrialização pela óptica neoclássica das funções macroeconômicas de produção (industrialização extensiva X industrialização intensiva, produção mais ou menos capitalística, etc.).

Nós, ao contrário, partiremos do silêncio do paradigma cepalino: pensaremos a industrialização latino-americana como uma industrialização capitalista; mais ainda, como uma **determinada industrialização capitalista: uma industrialização capitalista retardatária**. Vejamos, em seguida, qual seria sua problemática.

2.1 *A problemática da industrialização retardatária*

Com o nascimento das economias capitalistas exportadoras, já o dissemos, o modo de produção capitalista se torna dominante na América Latina. Porém, **o fato decisivo é que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas, o que somente foi possível porque a produção capitalista era exportada. Ou seja, a reprodução ampliada do capital não está assegurada endogenamente, isto é, de dentro das economias latino-americanas, face à ausência das bases materiais de produção de bens de capital e outros meios de produção. Abre-se, portanto, um período de transição para o capitalismo.**⁵³

A problemática da transição é a problemática da **industrialização capitalista** na América Latina, porque a revolução das forças produtivas, quer dizer, a industrialização, se dá sob a dominação do capital. Sérgio Silva coloca com justeza a questão:

“... é preciso considerar a industrialização em si mesma (quer dizer, a industrialização como progresso das forças produtivas) como um processo social, e mais precisamente como o **aspecto técnico** do desenvolvimento de relações de produção determinadas, como uma forma de desenvolvimento das forças produtivas correspondendo a relações sociais de produção determinadas, na vigência de relações de produção capitalistas. Em outras palavras, é preciso considerar que o desenvolvimento das forças produtivas assume as formas adaptadas à reprodução das relações de produção dominantes. O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é somente desenvolvimento das forças produtivas: é, também, desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Em outras palavras, reforço da dominação do capital sobre o trabalho” (Silva, 1973: 4-5).

A industrialização capitalista, portanto, deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas

⁵³ Sobre o conceito de transição, ver Bettelheim (1968: 9-28, 153-74).

capitalistas, mais precisamente como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção, ao que é impropriamente chamado de capitalismo industrial.

Mas o que entender, pergunto, por forças produtivas capitalistas? Deve-se afastar, desde logo, a idéia de que seu conceito se reduz à revolução do processo de trabalho efetivada pela maquinização dos processos produtivos. Quer dizer, grande indústria e forças produtivas capitalistas não são uma única e mesma coisa. Ao contrário, este modo de entender, a que se é levado quando se observa um tanto apressadamente o desenvolvimento capitalista dos países centrais, é inaceitável, pois não leva em conta as condições endógenas necessárias à reprodução e expansão do capitalismo.

Penso que o conceito de forças produtivas capitalistas prende-se a um tipo de desenvolvimento das forças produtivas cuja natureza e ritmo estão determinados por um certo processo de acumulação de capital. Isto é, aquele conceito só encontra sua razão de ser na medida em que se defina a partir de uma **dinâmica da acumulação especificamente capitalista**, que vai muito além do aumento do excedente por trabalhador derivado da introdução do progresso técnico.

Deste ponto de vista, pensamos em constituição de forças produtivas capitalistas em termos de **processo de criação das bases materiais do capitalismo**. Quer dizer, em termos da **constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital**, vale dizer, de **libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital.**⁵⁴

⁵⁴ O conceito da industrialização como processo de criação das bases materiais do capitalismo, ainda que a partir de outro aparelho teórico, está longinquamente sugerido em Chenery (1960), aparece muito mais claramente no importante trabalho de Hoffmann (1958).

Não basta, no entanto, admitir que a industrialização latino-americana é capitalista. É necessário, também, convir que a industrialização capitalista na América Latina é **específica** e que sua especificidade está duplamente determinada: **por seu ponto de partida**, as economias exportadoras capitalistas nacionais, e **por seu momento**, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída. É a esta industrialização capitalista que chamamos retardatária.⁵⁵

Trataremos, adiante, de precisar, tanto quanto possível, a problemática da industrialização retardatária, a partir da análise na industrialização brasileira, tomada em suas linhas mais gerais.

Vejamos, em primeiro lugar, de que modo nasce e se consolida o capital industrial.⁵⁶

Não pode subsistir qualquer dúvida de que a economia cafeeira assentada em relações capitalistas de produção engendrou os pré-requisitos fundamentais ao surgimento do capital industrial e da grande indústria. Fernando Henrique Cardoso, em importante trabalho que, curiosamente, despertou bem pouca atenção, coloca a questão em seus justos termos:

“O processo de industrialização em qualquer região supõe, como pré-requisito, a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista e, mais especificamente, supõe a preexistência de uma economia mercantil e, correlatamente, implica um grau relativamente desenvolvido da divisão social do trabalho. Este último processo, por sua vez, na medida em que se intensifica em moldes capitalistas, resulta na formação de um mercado especial, o de força de trabalho... Contudo, estes pré-requisitos são criados pela organização capitalista que antecede a produção propriamente industrial. Antes de existir como empresário industrial, o capitalista brasileiro já existia, nesta

55 Emprego, portanto, o conceito de Industrialização Retardatária num sentido bem diverso de Gerschenkron (1962).

56 Para a bibliografia sobre esta fase, ver a segunda parte deste capítulo.

mesma qualidade de capitalista, como comerciante, como plantador ou como financista, e como tal, capitalista, criava as condições para a implantação do regime capitalista de produção industrial.”⁵⁷

A economia cafeeira capitalista cria, portanto, as condições básicas ao nascimento do capital industrial e da grande indústria ao:

- (1) gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial;
- (2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e, finalmente,
- (3) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis.

Penso, no entanto, que a gênese do capital industrial está longe de ser compreendida adequadamente. Examinemos a questão da gênese do capital industrial.

Indagar as origens do capital industrial significa esclarecer três problemas:

- (1) de que modo uma classe social pode dispor, numa conjuntura determinada, de uma massa de capital monetário capaz de se transformar em capital industrial,
- (2) por que esta classe portadora de capacidade de acumulação se sentiu estimulada a converter capital monetário em capital industrial, tomando decisões de investir distintas das tradicionais; e

57 Cf. Cardoso, F. H. (1960), republicado em Cardoso, F. H. *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. p.188-9.

(3) como foi possível transformar o capital monetário em força de trabalho e meios de produção, constituindo a grande indústria.⁵⁸

Fixemo-nos, por alguns instantes, no primeiro deles. Como não poderia deixar de ser, a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial. Ou, em outras palavras: o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro empregado, tanto no núcleo produtivo do complexo exportador (produção e beneficiamento do café), quanto em seu segmento urbano (atividades comerciais, inclusive as de importação, serviços financeiros e de transportes).

Ademais, a grande indústria não atraiu capitais do complexo cafeeiro num momento de crise, porque lhes remunerasse melhor, mas, pelo contrário, num momento de auge exportador, em que a rentabilidade do capital cafeeiro há de ter alcançado níveis verdadeiramente extraordinários. Ocorreu que, entre 1890 e 1894, a taxa de acumulação financeira sobrepassou, em muito, a taxa de acumulação produtiva. Era suficiente, portanto, que os projetos industriais assegurassem, simplesmente, uma taxa de rentabilidade esperada positiva para que se transformassem em decisões de investir.

Não se pode negar, além do mais, que o movimento do capital cafeeiro ao capital industrial beneficiou-se de condições bastante favoráveis de financiamento, decorrentes da Política Econômica do Estado. Tenho em mente não só o crédito farto, mas, em especial, os instrumentos destinados a mobilizar e concentrar capitais, como a faculdade concedida aos bancos de se

⁵⁸ Para uma dimensão a partir de pressupostos teóricos distintos dos problemas de implantação da indústria de bens de consumo assalariado, ver o trabalho clássico de Rosenstein-Rodón (1945), republicado em Bokun & Richardson (Org.) (1961: 124-32).

transformarem em empreendedores industriais, a reforma da Lei de Sociedades Anônimas e o impulso dado às Bolsas de Valores.

Vejamos, agora, de que modo os capitais cafeeiros excedentes se convertem em capital industrial.

A existência de trabalhadores livres à disposição do capital industrial deveu-se à imigração em massa, que supriu as necessidades do núcleo produtivo e do segmento urbano do complexo exportador e, ainda, “depositou” nas cidades um contingente de força de trabalho redundante (em relação às necessidades da economia cafeeira).

A reprodução da força de trabalho industrial exigiria, por outro lado, a existência prévia de alimentos e *wage goods* manufaturados. Tanto os alimentos quanto os bens de consumo assalariado teriam de ser importados: os alimentos, pois que não se verificou uma transformação **anterior** da agricultura, com a criação de uma vigorosa agricultura mercantil de alimentos, capitalista ou não; os bens de consumo assalariado, porque não existia quer a pequena produção mercantil, quer a manufatura deste componente do custo de reprodução da força de trabalho. Finalmente, a transformação do capital monetário em meios de produção, estaria, do mesmo modo, atrelada à geração de divisas pelo complexo exportador cafeeiro, direta ou indiretamente, ao promover entrada líquida de capitais externos.

Em suma, o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais, **o que só foi possível porque se estava atravessando um auge exportador.**

Fixemo-nos, finalmente, no exame da rentabilidade esperada do investimento industrial, que não poderá ir além da explicitação das razões que a teriam tornado positiva. A lucratividade dos projetos industriais teria sido, a nosso ver, favorecida pela queda da taxa de salários (provocada, em última instância, pela oferta abundante de força de trabalho), pelo alto grau de proteção de que gozou a produção industrial e pelas isenções tarifárias concedidas à importação de máquinas e equipamentos, ainda que prejudicada pela subida de custos decorrentes das desvalorizações cambiais que apenas em parte puderam ser transferidas para os preços. Como, porém, a indústria que se instala, a indústria de bens de consumo assalariado, tem uma baixa relação capital/trabalho, é provável que a rentabilidade do capital industrial tenha se situado em níveis bastante compensadores.

Dissemos que tão-somente uma certa indústria, a grande indústria produtora de bens de consumo assalariado, especialmente a têxtil, foi capaz de surgir. Somos conduzidos a uma questão decisiva: **por que, concomitantemente, não nasce a indústria de bens de produção? Ou seja, por que não se constituem, no momento do nascimento do capital industrial, forças produtivas capitalistas?**

A razão não está, evidentemente, na órbita do mercado, porque o complexo exportador cafeeiro cria demanda não somente para bens de consumo, como, também, para meios de produção. Afastado este equívoco tão comum, um outro tipo de explicação exerce grande poder de atração: tendo em conta as profundas desvalorizações cambiais e o comportamento da taxa de salários, a rentabilidade da indústria de bens de produção, *verbi gratia* da siderúrgica, teria sido negativamente afetada em relação à indústria de bens de consumo, por possuir uma maior relação capital/trabalho e um maior componente importado dos elementos do capital

constante. Ainda reconhecendo que há nesta explicação um grão de verdade, penso que o fundamental não está aí.

Para compreender corretamente a questão, é preciso atentar que, nas duas últimas décadas do século passado, em conjunção com o processo de monopolização dos principais mercados industriais e no bojo da “Segunda Revolução Industrial”, a indústria pesada, especialmente a siderúrgica, atravessa uma profunda mudança tecnológica que aponta para gigantescas economias de escala e, portanto, para um enorme aumento das dimensões da planta mínima e do investimento inicial.⁵⁹ Vê-se, imediatamente, que se apresentam problemas praticamente insolúveis de mobilização e concentração de capitais e que os riscos do investimento numa economia como a brasileira, onde o capitalismo apenas engatinhava, se tornam extraordinários. Finalmente, o que não é menos importante, a tecnologia da indústria pesada, além de extremamente complexa, não estava disponível no mercado, num momento em que toda sorte de restrições se estabelecem num mundo que assiste a uma furiosa concorrência, entre poderosos capitalismos nacionais.

Bem outro era o panorama da indústria de bens de consumo corrente, especialmente da indústria têxtil: tecnologia relativamente simples, mais ou menos estabilizada, de fácil manejo e inteiramente contida nos equipamentos disponíveis no mercado internacional; tamanho da planta mínima e volume do investimento inicial inteiramente acessíveis à economia brasileira de então.

Estas são as considerações que explicam, no essencial, a “preferência” pela indústria de bens de consumo assalariado e não problemas de demanda “preexistente” ou preços relativos de “fatores”.

⁵⁹ Cf. sobre este ponto Landes (1969, cap. 5).

As relações que se estabelecem entre o capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil, e o capital industrial não são, portanto, unívocas como levam certas interpretações a crer em que ora o **café** estimula a **indústria**, ora, ao contrário, a bloqueia. Penso que, como já tinha observado Sérgio Silva, há um modo de articulação contraditório entre as duas formas de capital, em que, se bem o **capital cafeeiro** dá nascimento e estimula a grande indústria, ao mesmo tempo impõe limites estreitos à **acumulação industrial** (Silva, 1973: 96 e segs.).

A este modo de articulação entre o capital cafeeiro e o capital industrial corresponde um determinado padrão de acumulação que contém em si mesmo unidade e contradição. Deixemos de lado, por ora, o movimento histórico conjunto do capital cafeeiro e do capital industrial e nos detenhamos, analiticamente, nos principais traços desse padrão de acumulação mediante uma dupla *demarche*:

(1) iluminar os aspectos da estrutura de reprodução, em que se encontram articuladas, num esquema simples de dois setores, as relações básicas de interdependência entre demanda, oferta e custo de reprodução, que conferem unidade à expansão conjunta do complexo exportador cafeeiro e da grande indústria;

(2) sugerir como no movimento cíclico de acumulação do capital cafeeiro se resolvem as contradições que surgem para a acumulação industrial, decorrentes de seu caráter simultaneamente subordinado e competitivo ao capital cafeeiro.

Começemos por explicar a reprodução do capital cafeeiro em seu conjunto. A agricultura cafeeira no seu processo de produção incorre em determinados custos – simplificadamente: depreciação do capital fixo, pagamentos de salários, custos comerciais-financeiros, custos de transportes e impostos – e realiza

um certo lucro. Parcela de seus custos, os comerciais-financeiros e os de transportes, é, ao mesmo tempo, renda dos setores comercial-financeiro e de serviço de transporte; esta renda se transforma, por sua vez, em depreciação do capital fixo (instalações ferroviárias, portuárias, edifícios comerciais, etc.), custos de insumos (combustíveis, etc.), folha de salários, impostos e lucros.

Estamos, até aqui, no plano dos “efeitos de encadeamento” dentro do complexo exportador. Aproximemo-nos mais do processo de acumulação e expansão da economia. Admitamos que os impostos sejam empregados na compra de bens de produção e no pagamento de salários, que os lucros se repartam entre consumo capitalista e acumulação, e que os salários sejam integralmente consumidos em alimentos e bens manufaturados de consumo. Começa a ficar claro que **a produção de café é, simultaneamente, demanda por terras, meios de produção e força de trabalho, pelo lado da acumulação, e, pelo lado do gesto corrente, demanda por alimentos, bens de consumo assalariado e bens de consumo capitalista.**

A acumulação de meios de produção e o consumo capitalista se financiam com a capacidade para importar gerada pelo próprio complexo exportador cafeeiro. Somente a demanda de alimentos e bens manufaturados de consumo assalariado, uma vez constituídos a agricultura mercantil de alimentos e o setor industrial, é atendida por produção interna, com o que se internaliza a reprodução da força de trabalho.

Estabelece-se uma mútua dependência entre o capital cafeeiro e o capital industrial, dentro de um padrão de acumulação que corresponde a uma dinâmica intersetorial, distinta, entretanto, dos clássicos esquemas de reprodução com dois departamentos,

porque as condições de realização dos lucros são parcialmente exógenas.

De um lado, a reprodução ampliada do capital cafeeiro passa apenas parcialmente pelo setor industrial, que permite, produzindo bens de consumo, reproduzir a força de trabalho empregada no complexo exportador, bem como abre oportunidades de inversão para parte dos lucros extraordinários auferidos pela economia cafeeira. O grosso da acumulação do complexo exportador cafeeiro, no entanto, se efetua mediante condições de financiamento e inversão real que dependem do problema da realização, que se efetiva no mercado internacional.

De outro lado, o capital industrial depende, duplamente, do capital cafeeiro para sua expansão. Em primeiro lugar, para repor e ampliar a capacidade produtiva está preso à capacidade para importar gerada pela economia cafeeira, que faz as vezes, assim, de um verdadeiro departamento de bens de produção. Em segundo lugar, o capital industrial é incapaz de gerar seus próprios mercados e seu crescimento está atrelado, do ponto de vista da realização, aos mercados externos criados pelo complexo exportador cafeeiro, ainda que seja através do gasto público ou da urbanização. Decisiva, no entanto, é a dependência pelo lado da acumulação, que exprime a ausência de forças produtivas capitalistas e a subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil.⁶⁰

Este esquema de reprodução permite, naturalmente, aclarar, apenas, a unidade entre o capital cafeeiro e o capital industrial, escapando-lhe inteiramente o movimento hegemônico do capital

⁶⁰ A ausência de núcleo fundamental do departamento de bens de produção, salientada argutamente no importante trabalho de M. Merkav (1972), não configura apenas sua dependência tecnológica.

cafeeiro e sua associação contraditória com o capital industrial. Convém tentar reter seus traços mais gerais, imaginando um modelo de ciclo.

Os períodos de expansão da economia cafeeira podem ser pensados como constituídos por dois momentos. No primeiro, a taxa real de acumulação cafeeira cresce menos que a financeira, porque os lucros brutos sobem com os preços e o dispêndio em acumulação reage defasado. As margens de lucro brutas do café são superiores às da indústria, mas há capital monetário disponível para ser transferido ao setor industrial e aumenta a oferta de bens de produção importados para expandir a capacidade produtiva industrial. Vale dizer, o capital industrial pode-se reproduzir com facilidade, ainda que sua taxa corrente de rentabilidade seja relativamente menor que a do café.

No segundo momento, a taxa de acumulação real se acelera, respondendo atrasada aos preços. A excessiva imobilização em cafezais, assim como a tendência à superprodução, requerem mais capital do que a taxa interna de rentabilidade pode financiar. Na impossibilidade de se desmobilizar o capital industrial já invertido e de se reverter o fluxo interno de financiamento, uma vez que as margens correntes de lucro do setor industrial, apesar de crescentes, continuam inferiores às do capital cafeeiro, faz-se apelo ou ao auxílio estatal ou ao capital estrangeiro. Se as entradas de capital são abundantes, aumenta a capacidade para importar e se supre a economia cafeeira de meios financeiros suficientes para agüentar a taxa de acumulação, mas, ao mesmo tempo, aumentam as possibilidades de concorrência externa à indústria já instalada, numa situação (suponhamos) de queda do grau de proteção.

O setor industrial então se defende da tendência ao declínio de sua taxa interna de rentabilidade acentuando a

concorrência intercapitalista. Aceleraram-se a concentração e a centralização do capital industrial, modernizando-se as empresas e aumentando suas escalas, à custa da liquidação de empresas marginais. **Ainda que a taxa de acumulação global da indústria não suba e mesmo decline, a capacidade produtiva das empresas mais fortes se amplia e seus custos diretos de produção podem inclusive cair, devido à incorporação do progresso técnico que acompanha as importações de máquinas e equipamentos.**

Quando, finalmente, os preços do café começam a cair, pressionados pela superacumulação, iniciando-se a etapa declinante do ciclo, a taxa de rentabilidade relativa do capital industrial sobe e ajuda a manter, por pouco tempo, a taxa de acumulação da economia. No instante em que estala a crise, definitivamente, tanto o complexo exportador quanto a indústria são arrastados. Mas a quebra da capacidade para importar defende, em certa medida, o capital industrial, que começa a se recuperar lentamente através de gradual utilização da capacidade ociosa. No momento em que os preços internacionais e internos tornam a subir, começa um novo ciclo de expansão conjunta.

Como sublinhei, este modelo de ciclo conjunto do capital cafeeiro e do capital industrial não se dá conta do movimento histórico da acumulação, senão que permite que nos aproximemos dele. Ajuda a compreender, por exemplo, por que os períodos de teste de resistência do setor industrial são os em que, por força da expansão cafeeira, a economia se abre, promovendo-se a modernização industrial, que vai acompanhada pela concentração e centralização do capital. Pode ocorrer, inclusive, uma diversificação da estrutura industrial, o que não se verificaria nem em períodos de escassez de capacidade para importar (crise ou guerra), nem ainda

na primeira etapa do ciclo de expansão, em que a rentabilidade das indústrias já instaladas sobe e dá lugar à reinversão interna de lucros no próprio ramo positivo. Aclara também por que, nos períodos em que há sérias dificuldades para importar, a taxa de acumulação real industrial não pode crescer, ainda que a taxa de lucro efetiva aumente, estimulada, inclusive, pela elevação do grau de proteção.

Isto posto, pode-se estabelecer, com segurança, o modo de articulação da economia brasileira com as economias capitalistas dominantes. A posição subordinada da economia brasileira na economia mundial capitalista está duplamente determinada: pelo lado da realização do capital cafeeiro e pelo lado da acumulação do capital industrial. Esta dependência resulta, na verdade, da não constituição de forças produtivas capitalistas, isto é, do bloqueio da industrialização (que se expressa internamente na hegemonia do capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil, sobre o capital industrial). Por outro lado, a fragilidade do capitalismo brasileiro transformou-nos em campo de exportação de capitais dos países capitalistas maduros, ao criar, não obstante, oportunidades de inversão ao capital estrangeiro: quer ao capital de empréstimo, de forma predominante, quer ao capital de risco, que se dirige basicamente aos setores de infra-estrutura, comercial e financeiro, mas, também, ao setor industrial.

O período que se estende de 1888 a 1933 marca, portanto, o momento de nascimento e consolidação do capital industrial. Mais que isto, o intenso desenvolvimento do capital cafeeiro gestou as condições de sua negação, ao engendrar os pré-requisitos fundamentais para que a economia brasileira pudesse responder criativamente à “Crise de 1929”. De um lado, constituem-se uma agricultura mercantil de alimentos e uma indústria de bens de consumo assalariado capazes de, ao se expandirem, reproduzir

ampliadamente a massa de força de trabalho oferecida no mercado de trabalho, que já possuía dimensões significativas; de outro, forma-se um núcleo de indústrias leves de bens de produção (pequena indústria do aço, cimento, etc.) e, também, uma agricultura mercantil de matérias-primas que, ao crescerem, ensejariam a reprodução ampliada de fração do capital constante sem apelo às importações.

A recuperação da economia, promovida objetivamente pela política econômica do Estado, fez com que a capacidade ociosa criada pelo desfalecimento da demanda e mesmo, em certos casos, a anterior à crise, fossem preenchidas. Com isto, a lucratividade corrente das empresas foi recomposta ou, naqueles casos, aumentada. Por outro lado, a taxa de lucro esperada da indústria leve de bens de produção foi favorecida pelo forte protecionismo externo gerado pela quebra da capacidade para importar, enquanto o investimento nas indústrias de bens de consumo assalariado foi bloqueado pela proibição de importação de novos equipamentos, vigente 1931 a 1937. Desencadeia-se, então, uma expansão econômica fundada em novas bases, que só foi possível, de um lado, porque já dispúnhamos de certa capacidade de acumulação e, de outro, devido a medidas de política econômica que sustentaram relativamente a capacidade para importar (não obstante as relações de troca tenham piorado, o certo é que se deterioraram muito menos que o fariam se o Estado não retirasse maciçamente os excedentes de café do mercado internacional), e a reservaram, até 1937, para a ampliação da indústria leve de bens de produção, o que exigiu a sobreutilização da capacidade produtiva da indústria de bens de consumo para assalariados.

Penso que em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um

novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida.⁶¹ Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial.

Há, durante toda esta fase, um crescimento mais que proporcional do departamento de bens de produção. Porém, é indiscutível que “sua capacidade produtiva nos principais ramos produtivos é insuficiente para cobrir sequer as necessidades correntes de funcionamento da economia a uma taxa de acumulação mais alta. Muito menos é capaz de manter a capacidade produtiva crescendo a um ritmo sustentado na frente da demanda final” (Tavares, 1975).

O setor industrial, portanto, se liberta da dependência que o atrelava, direta ou indiretamente, pelo lado da realização dos lucros, a economia cafeeira. Porém, a capacidade para importar continua a

⁶¹ Para as linhas fundamentais da fase de Industrialização Restringida ver Furtado (1971: cap. 23 e segs.); Tavares (1964); Lessa (1964), Baer (1965); Candal (1969); Villela & Suzigan (1973); Fishlow (1972). O conceito de Industrialização Restringida começou a ser elaborado por Maria da Conceição Tavares e por mim no âmbito de um trabalho conjunto que preparamos sobre história econômica brasileira entre 1889 e 1933. Posteriormente foi desenvolvido por Maria da Conceição em sua Tese de Livre-docência, (1975), a ser publicada na Coleção Economia 30 Anos – UNICAMP (1998). É daí que partem as reflexões que se seguem.

impor à taxa de acumulação industrial um **limite em última instância**, ainda que as restrições, **dentro do padrão de acumulação**, possam ser vencidas sucessivamente, com a contínua diferenciação da indústria leve de bens de produção e da indústria de bens de consumo promovidas à sombra de um forte grau de proteção.

O problema crucial consiste, desta forma, em explicar por que a industrialização se manteve restringida. Ou melhor, por que não se instalou, de forma mais ou menos concentrada no tempo e adiante da demanda, o núcleo fundamental do departamento de bens de produção, mas, ao contrário, sua implantação se deu de maneira limitada e relativamente lenta, ampliando-se as bases técnicas da acumulação a pouco, sempre, porém, a reboque da demanda.⁶²

A questão central há de residir, pois, em saber com base em que esquema de acumulação nasceria a indústria pesada de bens de produção no Brasil. Nenhuma indústria pesada surgiu a partir da expansão do mercado interno de bens de consumo final. Historicamente, a indústria pesada nasceu apoiada à **grande inovação** representada pela estrada de ferro, e, ademais, contou, nos países atrasados (EUA, Alemanha, Japão e Rússia) com o suporte decisivo do Estado e com o apoio, não menos importante, do grande capital bancário, que, mobilizando e concentrando capitais, acabou por se mesclar com o capital industrial.

Na industrialização retardatária, os obstáculos a transpor se tornariam muito mais sérios. Já não se tratava de ir aumentando, a saltos mais ou menos gradativos, as escalas de uma indústria existente, como ocorreu durante a Segunda Revolução Industrial. Ao contrário, o nascimento tardio da indústria pesada implicava

⁶² Para uma outra abordagem do problema da implantação da indústria pesada, ver, especialmente, Rosentein-Rodan (1951).

numa descontinuidade tecnológica muito mais dramática, uma vez que se requeriam agora, desde o início, gigantescas economias de escala, maciço volume do investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada, praticamente não disponível no mercado internacional, pois que controlada pelas grandes empresas oligopolistas dos países industrializados.

Não é difícil entender que os riscos do investimento privado se tornam insuportáveis num capitalismo como o brasileiro, dotado de bases técnicas muito estreitas. Além do mais, mesmo que o Estado definisse um bloco de investimento (por exemplo, em energia elétrica e transportes ferroviários) que servisse de apoio ao capital industrial, restariam para serem enfrentados graves problemas com obtenção de tecnologia no exterior, de mobilização e centralização de capitais e de financiamento externo, criados pelas inversões públicas e privadas.

Há, no entanto, outra razão que é decisiva. O capital industrial dispunha de oportunidades lucrativas de inversão, com um risco baixo, na medida em que percorresse seu “caminho natural”, afrontando sempre as “linhas de menor resistência”: expandir a indústria existente e promover a diferenciação limitada do setor de bens de produção e do setor de bens de consumo, com a formação da indústria de bens duráveis “leves”, ou, mesmo, converter-se em capital mercantil, invadindo, por exemplo, o ramo imobiliário urbano e o de comercialização de produtos agrícolas.

A lucratividade do capital industrial resultava, basicamente, de dois fatores: em primeiro lugar, da natureza pouco competitiva do sistema industrial, em condições de alto grau de proteção (salvo no imediato pós-guerra); ademais, do comportamento dos custos real e monetário da força de trabalho.

A existência de uma contínua pressão sobre o mercado de trabalho, expressão tanto do crescimento vegetativo da força de trabalho urbano quanto de migrações internas, e o baixo poder autônomo de organização dos trabalhadores não fixavam um patamar mínimo para os salários, mas impediam que sua subida emparelhasse com a da produtividade, assegurando margens crescentes de lucro, uma vez que as empresas foram capazes de transferir aos preços o aumento dos custos monetários da mão-de-obra direta.

Naturalmente, a taxa de salários e os custos das matérias-primas agrícolas dependiam, em última instância, das condições de produção da agricultura mercantil, capitalista ou não, e da própria taxa de acumulação urbano-industrial, que imprime um certo ritmo ao crescimento da demanda de produtos agrícolas.

A oferta agrícola parece ter respondido adequadamente à intensa pressão da demanda urbano-industrial, valendo-se do deslocamento da fronteira agrícola, do melhor aproveitamento das terras do latifúndio, da expansão da pequena produção mercantil e, mesmo, em alguns momentos, da reconversão das atividades de exportação

A contínua tendência à elevação dos preços agrícolas dever-se-ia, portanto, ao surgimento e à consolidação de oligopsônio mercantis, que se teriam aproveitado exatamente dos problemas provocados pela velocidade de crescimento da demanda, numa situação de extrema fragilidade financeira e comercial dos produtos.

A tendência ao aumento dos preços agrícolas não inibiu a acumulação industrial, mas se resolveu numa constante pressão inflacionária, que deprimia os salários reais, porque as margens de lucro eram elásticas para cima. Do mesmo modo, a pressão sobre os

custos promovida pela subida dos preços de importação dos bens de produção podia ser transferida aos preços internos, dada a baixa competitividade do sistema industrial e o alto grau de proteção.

Nestas circunstâncias, o que se exige do **Estado** é bem claro: garantir forte proteção contra as importações concorrentes, impedir o fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores, que poderia surgir com um sindicalismo independente, e realizar investimentos em infra-estrutura assegurando economias externas baratas ao capital industrial. Quer dizer, um tipo de ação político-econômica inteiramente solidário a um esquema privado de acumulação que repousava em bases técnicas ainda estreitas.

Não somente os investimentos na indústria posada de bens de produção jamais estiveram nos horizontes do capital industrial, mas, especialmente, o padrão de acumulação industrial impunha **limites objetivos** à ação econômica do Estado. E o fazia, por um lado, ao manter restrita sua capacidade de apropriação, espelhada num poder financeiro amparado por frágeis alicerces tributários; por outro, ao impedir que o Estado dispusesse de uma parcela considerável da capacidade para importar, ao ocupá-la com a operação e expansão da indústria leve, numa situação em que eram reduzidas as possibilidades de financiamento externo.

Talvez se compreenda, agora, por que não bastou ao Estado Novo definir, claramente, por razões de defesa nacional, um ambicioso bloco de inversões pesadas: a siderurgia tornou-se possível, apenas, porque o governo dos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, concedeu, por motivos político-militares, o indispensável financiamento externo e assegurou o fornecimento dos equipamentos; a questão do petróleo arrastou-se até 1954; e a experiência com a indústria química pesada se revelou amarga, em

grande medida devido ao acesso bastante restrito à “tecnologia de ponta”. Mesmo os investimentos públicos em infra-estrutura, que eram inteiramente solidários ao padrão de acumulação, atrasaram-se consideravelmente, gerando “pontos de estrangulamento” em energia e transportes.

Evidentemente, os problemas de mobilizações de capitais e de suficiente capacidade para importar poderiam ser enfrentados com facilidade pela grande empresa internacional, se decidisse investir no Brasil. No entanto os anos compreendidos entre 1930 e 1946 não foram particularmente favoráveis à exportação de capital por conta de uma seqüência de eventos decorrentes da Grande Depressão.⁶³ Durante os anos de crise nas economias centrais, o grande capital oligopolista passou por severas restrições financeiras decorrentes de fortes quedas de volume de vendas, quebra de margens de lucro e aumento de capacidade ociosa. No período imediato de recuperação da Depressão, os investimentos internos absorveram a maior parte do excedente de capital monetário nas economias centrais, e logo depois estourava a Guerra. O período pós-Depressão caracterizou-se por uma volta a padrões de crescimento “nacional-autárquicos” e, em vários casos, sob regime de força, onde os Estados Nacionais passaram a centralizar ainda mais o financiamento à acumulação de capital, principalmente para os meios de produção e setores básicos. Dentro deste clima de agressiva competição capitalista internacional, a exportação de capital produtivo pesado era ainda mais restringida pelos próprios Estados Nacionais, empenhados em defender suas respectivas vantagens tecnológicas e reservar capacidade básica de acumulação para sustentar a indústria militar.

63 Ver sobre este ponto: Coutinho (1974).

Além de todas estas razões, seria ingenuidade esperar ou supor que uma empresa internacional viesse correr sozinha os riscos e incertezas de implantação de indústrias pesadas com taxas esperadas de lucro muito baixas ou mesmo negativas. O grande grau de complementaridade dos ramos industriais básicos exigiria que “pacotes” de investimentos fossem realizados conjuntamente por várias Empresas – o que não poderia acontecer sem uma coordenação de forças superior, exatamente num período desfavorável a este tipo de intervenção dos Estados capitalistas centrais.

São estas razões que explicam, basicamente, por que foi limitada, lenta e a reboque da demanda a implantação do núcleo fundamental da indústria de bens de produção. Como, também, são elas que esclarecem por que coube ao Estado papel de relevo no alargamento das bases produtivas do capitalismo, quer como empresários na indústria de base, quer promovendo o rompimento dos “pontos de estrangulamento” em energia e transportes.

Uma vez restringida a industrialização, a acumulação industrial continuou submetida ao **limite em última instância** imposto pela capacidade para importar, e a economia brasileira persistiu ocupando uma posição subordinada na economia mundial capitalista.

Há, na verdade, uma **aparência de autonomia econômica**, que decorre tanto do papel assumido pelo Estado quanto da irrelevância dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos, atribuída à existência de um “projeto de desenvolvimento nacional”. Para mim, no entanto, as desprezíveis importações de capital produtivo se devem, em última análise, a outros fatores. Há que ressaltar, de início, tanto a situação atravessada pelas economias capitalistas maduras entre 1930 e 1945 (“Crise de 29” e Segunda

Guerra Mundial), quanto a predominância acentuada, entre 1946 e 1956, das exportações de capitais de um país central (EUA) a outros (Europa e Japão). Mas, admitamos, existem, ponderáveis razões internas: de um lado, não houve falta de capital necessário ao crescimento e limitada diversificação da indústria leve, nacional e estrangeira; de outro, a fragilidade das bases técnicas da acumulação bloqueou o investimento externo numa multiplicidade de novos setores.

A **industrialização restringida**, conforme salientamos, configurou um padrão “horizontal” de acumulação, porque nem a capacidade produtiva cresceu adiante da demanda, nem, muito menos, houve grandes e abruptas descontinuidades tecnológicas.

A implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, **entre 1956 e 1961**, correspondeu, ao contrário, a uma verdadeira “onda de inovações” schumpeteriana: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo “salto tecnológico”; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente. Há, portanto, **um novo padrão de acumulação**, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineiam um **processo de industrialização pesada**, porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados.⁶⁴

Na linguagem do esquema tridepartamental de reprodução, a instalação autônoma (isto é, não induzida pela demanda) de setores

64 Para a fase de industrialização pesada ver o trabalho de Lessa (1964); também Candal (1969). A interpretação definitiva do período 1956/1967 nos foi proporcionada por Maria da Conceição Tavares em sua Tese de Livre-docência (1975), em que nos apoiamos largamente.

de ponta de departamento de bens de produção (D^I) e do setor pesado do departamento de bens de consumo para capitalistas (D^{III}), acompanhada e amparada pelo investimento público (energia, transportes, etc.), gerava demanda dentro da própria fração já existente do departamento de bens de produção, operando-se mecanismos de reforço e de retroalimentação, na medida em que o processo avançava. As indústrias integrantes do departamento de bens de consumo para assalariados foram levadas literalmente a reboque do crescimento rápido dos departamentos I e III.

Não é difícil entender que um processo como este exigia como pré-requisito um determinado grau de desenvolvimento do capitalismo, uma ampliação das bases técnicas da acumulação que se fizera durante a fase de industrialização restringida. Porém, não é menos certo que a industrialização pesada tinha escassas possibilidades de nascer como mero desdobramento do capital nacional e estrangeiro empregado nas indústrias leves: nem se dispunha de instrumentos prévios de mobilização e centralização de capitais, indispensáveis à maciça concentração de recursos externos e internos exigida pelo bloco de investimentos pesados, nem se poderia obter a estrutura técnica e financeira dos novos capitais a partir da diversificação da estrutura produtiva existente.

A expansão, portanto, não poderia deixar de estar apoiada no Estado e no **novo** capital estrangeiro, que se transfere sob a forma de capital produtivo.

A ação do Estado foi decisiva, em primeiro lugar, porque se mostrou capaz de investir maciçamente em infra-estrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade, o que estimulou o investimento privado não só por lhe oferecer economias externas baratas, mas, também, por lhe gerar demanda. A ampliação do gasto público valeu-se, fundamentalmente, de formas nada ortodoxas de

mobilização de recursos financeiros (emissões e, até 1959, confisco cambial), uma vez que não houve qualquer modificação significativa no sistema tributário. Coube-lhe, ademais, uma tarefa essencial: estabelecer **as bases da associação** com a grande empresa oligopólica estrangeira, definindo, claramente, um esquema de acumulação e lhe concedendo generosos favores.

Encontrando um esquema de acumulação bastante bem definido em que se apoiar e gozando de amplos incentivos, a grande empresa oligopólica estrangeira, predominantemente a européia, decidiu investir no Brasil. Resolviam-se, simultaneamente, dois graves problemas: o da estreiteza da capacidade para importar, que ela própria criava ao exportar capital, e o de mobilização e concentração de capitais, pois que suas transferências para aqui eram marginais em termos dos blocos de capitais manejados pelas matrizes.

Naturalmente, a presença da grande empresa estrangeira não se explica apenas pela existência de excelentes oportunidades de inversão a serem colhidas, mas, também, **em última instância**, pela própria dinâmica da competição oligopólica nos países centrais, cujo ponto de chegada consistiu, como se sabe, na conglomeração financeira e na expansão oligopólica a escala mundial.⁶⁵

Esta nova e mais avançada forma assumida pelo processo de internacionalização do capital manifestou-se, num primeiro momento, pela penetração das empresas norte-americanas no Canadá, na Inglaterra e na Europa continental, no bojo dos programas de reconstrução do pós-guerra. As amplas vantagens tecnológicas e financeiras de que gozavam, ameaçavam a

estabilidade de suas congêneres européias, que foram obrigadas a aceitar o desafio, levando-o, inclusive, a um terreno que talvez lhes fosse mais propício. Explica-se, deste modo, a preponderância da entrada do capital europeu e o relativo desinteresse da grande empresa norte-americana, mais preocupada então em ocupar os mercados centrais (europeus) mais sólidos e promissores, onde a sua participação era ainda relativamente pequena.

Estado e grande empresa oligopolista internacional comandaram, inequivocamente, o processo de industrialização pesada. Não se pense, no entanto, que o capital industrial nacional tenha sido ferido em seus **interesses concretos**. Não resta qualquer dúvida de que a burguesia industrial nacional não poderia afrontar por si só os problemas da industrialização pesada (acesso à tecnologia externa, financiamento interno e externo), pois que ancorada nas indústrias leves e detendo um frágil poder de acumulação. Mais que isto, não era mesmo capaz sequer de definir com o Estado um esquema de acumulação que não significasse a **estatização** quase completa dos novos setores. Sua fraqueza política, que correspondia à sua fragilidade econômica, retirava-lhe, por outro lado, qualquer esperança de “privatizar” no futuro o Estado. Por isso mesmo, o **capital** industrial nacional “optou” pela entrada do **capital** estrangeiro nos novos setores e pelo papel relativamente limitado do Estado como empresário.

Ademais, a industrialização posada promoveu uma forte expansão do capital industrial nacional. Nos setores metal-mecânicos que se instalam, a demanda derivada da grande empresa estrangeira estimula o surgimento, crescimento e modernização da pequena e média empresa nacional, conformando-se um oligopólio diferenciado, nucleado pela grande empresa estrangeira, com um

⁶⁵ Dentre a copiosa bibliografia sobre a expansão oligopólica a escala mundial merecem especial atenção os trabalhos de Hymer e a Tese de Doutorado, ainda não publicada, de Luciano Coutinho.

cordão de pequenas e médias empresas nacionais, tanto fornecedoras quanto distribuidoras.

Por outro lado, a empresa nacional situada no setor produtor de bens de consumo para assalariados, seu *locus preponderante*, beneficiou-se, indiscutivelmente, do crescimento da massa de salários provocado pelo bloco de inversões complementares nos departamentos de bens de produção e de bens de consumo para capitalistas: apesar de sua intensidade de capital superior à média, as indústrias que se instalam geram fortes feitos **diretos e indiretos** sobre a demanda de força de trabalho e sobre a taxa de salários.

A baixa taxa de crescimento do emprego durante os 50 anos, portanto, deveu-se antes de tudo à violenta modernização do próprio departamento de bens de consumo assalariado, que se inicia no imediato pós-guerra e se acelera entre 1949 e 1952. Deste modo, já no início da industrialização pesada, a indústria de bens de consumo para assalariados configura um mercado relativamente unificado à escala nacional e competitivo do tipo oligopolístico, em que grandes empresas nacionais e estrangeiras convivem com um conjunto de pequenas e médias empresas nacionais. Por isto mesmo, com a aceleração do crescimento industrial entre 1956 e 1961, a taxa de acumulação das grandes empresas nacionais e estrangeiras sobe mais que proporcionalmente à taxa de acumulação global do setor, mas há lugar, também, não somente para a expansão das empresas pequenas e médias existentes, como para a entrada de novas.

Em suma, há na expansão uma profunda solidariedade, ao nível da acumulação, entre Estado, empresa internacional e empresa nacional, o que não elimina, evidentemente, fricções de ordem secundária.

Conforme se pode verificar com facilidade, uma expansão como a que acabamos de analisar levaria, necessariamente, a uma desaceleração do crescimento, ainda que se mantivesse a mesma taxa de investimento público, uma vez que a digestão da nova capacidade produtiva criada nos departamentos de bens de produção e de bens de consumo capitalista provocaria um corte significativo no investimento privado.

Houve, no entanto, muito mais que isto, e a expansão desembocou numa crise que se arrastou de 1962 a 1967. Suas raízes prendem-se a duas questões analiticamente distintas: a primeira delas diz respeito à realização dinâmica de um potencial de acumulação crescente, e a segunda, aos desajustes dinâmicos entre a estrutura de oferta e demanda industriais.

A elevação do potencial de acumulação decorreu, em primeiro lugar, da subida da produtividade macroeconômica da capacidade produtiva, quer devido à atualização dos rendimentos de escala das novas inversões que entram em operação em fins da década, quer por causa do aumento das economias externas, resultante dos investimentos em infra-estrutura realizados no decorrer do período. Ademais, os ganhos de produtividade daí provenientes não se transferiram aos preços nem aos salários, promovendo a subida contínua das margens brutas de lucro, desde que os mercados industriais são fortemente oligopolizados e o mercado de trabalho é acentuadamente competitivo. As dificuldades de **sustentação da mesma taxa de acumulação e de crescimento verificadas entre 1956 e 1961** advinham tanto do efeito desacelerador quanto das desproporções dinâmicas entre a estrutura de demanda e a capacidade de produção subutilizada.

Em suma, a industrialização pesada configura um ciclo de acumulação e, por isto, compreende dois momentos: o de expansão,

entre 1956 e 1961, e o de depressão, entre 1962 e 1967. A depressão manifesta-se antes por uma queda das taxas de crescimento que por uma deflação generalizada de preços e salários, tanto devido ao caráter oligopolizado dos mercados industriais, com forte preponderância da empresa internacional, quanto por causa do alto peso do investimento público, que asseguram um patamar mínimo de inversões.

A industrialização chegara ao fim e a autodeterminação do capital estava, doravante, assegurada. Pouco importava que não tivesse se mostrado capaz de realizar as promessas que, miticamente, lhe haviam atribuído.

2.2 Nascimento e consolidação do capital industrial

A plena recuperação das linhas gerais do movimento da economia brasileira durante o processo de industrialização exigiria um esforço que ultrapassa em muito o âmbito deste trabalho. Parte dele, é verdade, já foi feita por Maria da Conceição Tavares, que analisou de forma definitiva a fase de Industrialização Pesada. Contentar-me-ei, apenas em aprofundar o estudo da fase de Nascimento e Consolidação do Capital Industrial. Fica, assim, para posterior cogitação a fase de Industrialização Restringida, cujo esclarecimento impõe, penso, uma grande labuta de pesquisa.

Em razão da hegemonia do capital cafeeiro o movimento da economia brasileira entre 1888 e 1932 é imprimido, em última instância, pela acumulação cafeeira. Daí decorrem duas observações:

(1) Há que partir do estudo de dois ciclos longos do café. O primeiro estende-se de 1886 a 1918, compreendendo doze anos de

expansão e vinte de depressão. No segundo, a expansão ocorre entre 1919 e 1929, e a depressão se encerra somente com o boom cafeeiro posterior à Segunda Grande Guerra. Mas nossa análise se interrompe em 1933, quando se quebra o padrão de acumulação sob exame, iniciando-se a Industrialização Restringida.

(2) A dinâmica da acumulação em cada ciclo poderá ser compreendida apenas se partirmos da lógica da acumulação cafeeira.

Fundada a periodização e estabelecido o princípio que há de governar o andamento da análise, tratemos de nos desincumbir da tarefa que nos propusemos.

2.2.1 Capital cafeeiro e capital industrial: a dinâmica da acumulação entre 1886 e 1918

A economia cafeeira conhece, entre 1886 e 1898, um vigoroso crescimento: a produção média sobe de 5,2 milhões de sacas entre 1886/87 e 1890/91, para 6,5 milhões, entre 1891/92 e 1895/96, atingindo 11,4 milhões entre 1896/87 e 1902/03, período em que os cafeeiros plantados entre 1891 e 1897 se tornaram plenamente produtivos.⁶⁶

Evidentemente, as condições de acumulação foram extremamente favoráveis, a começar pela ampla disponibilidade de terras, “produzida” pela extensão das estradas de ferro. Do mesmo modo, o complexo exportador cafeeiro contou com uma oferta de força de trabalho superabundante, gerada por maciça imigração, que

⁶⁶ Cf. para os dados de produção de café: Pelaez (1971: 209).